

Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2016/CTPOAR/CNRH/MMA

Assunto: Estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências.

1. Histórico

1.1. A discussão de minuta de Resolução que estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências, entrou em pauta na 87ª Reunião da CTPOAR, realizada em 30 de novembro e 1º de dezembro de 2011.

1.2. A partir da 88ª Reunião, realizada em 06 e 07 de março de 2012, iniciou-se a discussão sobre a proposta de Resolução de usos de pouca expressão, inclusive com apresentações sobre o tema.

1.3. A CTPOAR concluiu a proposta de Resolução em sua 97ª Reunião, ocorrida em 9 e 10 de dezembro de 2013.

1.4. Após entrar na pauta de reunião da XXXI Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 09 e 10 de junho de 2014, a proposta de Resolução retornou à CTPOAR para alguns ajustes finais, concluídos em 21/10/2014, durante a sua 103ª Reunião.

1.5. A proposta foi novamente colocada em pauta durante a XXXIII Reunião Ordinária do CNRH, realizada no dia 29 de junho de 2015. Durante a reunião foram apresentados novos questionamentos que precisariam de ajustes na proposta. Por isso a matéria foi retirada de pauta, com a orientação de retornar à CTPOAR.

1.6. Da 105ª à 108ª reuniões, a CTPOAR realizou a revisão de toda proposta de resolução, inclusive consultando diretamente os segmentos que apresentaram questionamentos na XXXIII Plenária do CNRH. Após esta revisão, com ampla participação dos diferentes segmentos membros, a Câmara Técnica finalizou a proposta durante a 108ª Reunião, realizada nos dias 21 e 22 de outubro de 2015.

1.7. Na XXXVIII Reunião Extraordinária do CNRH, realizada no dia 09 de dezembro de 2015, a proposta estava novamente em pauta, mas não chegou a ser apresentada formalmente, pois a matéria foi objeto de pedido de vista dos Conselheiros João Fernandes da Silva, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba e João Clímaco Soares de Mendonça Filho, representante da Sociedade Civil. Como encaminhamento ambos Conselheiros elaboraram parecer contendo os motivos e as recomendações relativas à proposta de resolução e enviaram para a Secretaria Executiva do CNRH para posterior apreciação do Plenário.

1.8. Os pareceres dos pedidos de vista foram apreciados durante a XXXV Reunião Ordinária do CNRH, realizada no dia 29 de junho de 2016, quando a proposta foi novamente devolvida à Câmara Técnica. No parecer do pedido de vista do representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba foi recomendada a retirada do termo “acumulações” da resolução, assim como, da obrigatoriedade do cadastramento de usos considerados insignificantes.

1.9. No parecer do representante da Sociedade Civil foi solicitada a consideração do efeito cumulativo de todos os usos insignificantes de um mesmo empreendimento em um corpo hídrico e da somatória dos usos insignificantes e dos usos sujeitos a outorga no balanço hídrico para fins de controle do comprometimento hídrico na bacia.

1.10. A CTPOAR, durante a sua 111ª Reunião, realizada nos dias 23 e 24 de agosto de 2016, analisou as recomendações contidas nos pareceres dos pedidos de vista, realizando novos ajustes e concluindo seus trabalhos sobre a matéria.

2. Análise

2.1. Entre os considerandos da proposta de Resolução, destaca-se que a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em seu art. 12, § 1º, prevê a possibilidade de haver derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

2.2. Ainda de acordo com essa Lei, em seu art. 38, inciso V, compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos os usos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com o domínio destes.

2.3. De forma a contemplar situações de bacias hidrográficas nas quais não existem comitês ou ainda não há definição dos usos de pouca expressão por parte destes, foi considerado que critérios específicos de vazões ou acumulações de água consideradas insignificantes poderão ser estabelecidos pela autoridade outorgante, conforme disposto na Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001, em seu art. 5º, parágrafo único.

2.4. Em relação às considerações mencionadas no parecer do pedido de vista do representante do CERH-PB, a atual proposta de resolução não está vinculada à Lei 12334/2010, que institui a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB. No entanto, ressalta-se que uma possível classificação de uma acumulação como insignificante não desobriga o empreendedor de atender ao disposto na referida Lei.

2.5. Já em relação às considerações do representante da Sociedade Civil em que “caberá ao Poder Público através de suas instâncias competentes e ou por solicitação do CBH, no caso de haver usos insignificantes nas regiões de influencia de empreendimentos potencialmente impactantes na qualidade e quantidade dos recursos hídricos, promover e apoiar tecnicamente o cadastramento dos usos que independem de outorga, inclusive as derivações, captações, lançamentos e acumulações de pouca expressão,

considerados insignificantes”, a Câmara Técnica, consubstanciada pelo Parecer Jurídico emitido pela Advogada do DAEE-SP, Ana Maria Gennari, conclui que a competência do Poder Público para cadastrar ou emitir outorga de direito de uso dos recursos hídricos sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva, não deve ser matéria disciplinada em norma do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Neste sentido, a resolução do CNRH estaria conflitando com o previsto na Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Portanto verifica-se que a solicitação do representante da Sociedade Civil não é pertinente.

2.6. O art. 1º da proposta de Resolução trata do objetivo desta, que é estabelecer diretrizes e critérios gerais para definição de captações, derivações, lançamentos e acumulações de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

2.7. O artigo 2º trata da competência para definição dos critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, de acordo com os considerandos da proposta de Resolução, com destaque para o parágrafo único que trata da definição desses critérios pelas autoridades outorgantes, na ausência de propostas de comitês de bacia hidrográfica.

2.8. O art. 3º estabelece a obrigatoriedade da observância das características hidrológicas, para corpos hídricos superficiais, e hidrogeológicas, para corpos hídricos subterrâneos, bem como das demandas existentes, para o estabelecimento de critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, evitando, dessa maneira, que aquíferos, bacias ou regiões hidrográficas com características hídricas muito distintas tenham os mesmos critérios estabelecidos.

2.9. O art. 4º estabelece a possibilidade da entidade competente definir como critério específico de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, um percentual da referência volumétrica, para porção de aquífero, ou um percentual da vazão de referência para corpos hídricos superficiais, como limite individual de uso de recursos hídricos de pouca expressão.

2.10. O art. 4º aponta, ainda, que poderá ser definido limite percentual de comprometimento coletivo para as derivações, captações, lançamentos ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, assim como a possibilidade de revisão dos critérios específicos pela autoridade competente quando constatado o referido comprometimento.

2.11. Considerando os prejuízos advindos dos processos de eutrofização e a dificuldade de reversão do estado de eutrofização dos corpos hídricos, bem como a necessidade de um maior controle desse processo, o art. 5º indica que as vazões ou volumes de diluição das cargas dos nutrientes fósforo e nitrogênio contidas nos efluentes lançados nesses corpos hídricos não poderão ser consideradas insignificantes. Dessa forma, para o possível lançamento desses efluentes nos corpos hídricos em processo de eutrofização ou eutrofizados será necessário o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos à autoridade outorgante.

2.12. O art. 6º indica a possibilidade de considerar o somatório de todas as derivações, captações, lançamentos e acumulações de um empreendimento em um mesmo corpo hídrico para a aplicação dos critérios específicos. Isso significa que duas ou mais

intervenções isentas de outorga de um mesmo empreendimento poderão estar sujeitas à outorga, desde que seu efeito cumulativo supere o critério específico. Neste sentido, a solicitação do representante da Sociedade Civil já estava contemplada na versão encaminhada à XXXVIII Reunião Extraordinária do CNRH.

2.13. O art. 7º aponta a possibilidade de revisão dos critérios específicos, pela autoridade competente, quando o limite percentual de comprometimento referente a todos os usos existentes no corpo hídrico for alcançado. Para essa avaliação, deverão ser consideradas no balanço hídrico todas as demandas relativas aos usos outorgáveis e aos que independem de outorga. Assim, a solicitação do representante da Sociedade Civil também já estava contemplada na versão encaminhada à XXXVIII Reunião Extraordinária do CNRH.

2.14. Para bacias hidrográficas, corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, trechos ou porções deles considerados críticos, o art. 8º contempla a possibilidade de definição de novos critérios específicos para as vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes. A inclusão desse artigo se justifica pelo fato de que os aspectos de criticidade podem abranger tanto a demanda quanto a disponibilidade hídrica, em seus aspectos qualitativos e quantitativos.

2.15. O art. 9º trata de outras providências além das diretrizes para definição de vazões e acumulações de água de pouca expressão, conforme estabelecido na ementa desta proposta de Resolução. Este artigo estabelece que os usos de curta duração poderão ser considerados como aqueles que independem de outorga após analisados os volumes demandados, o tempo de uso e o impacto sobre os outros usos estabelecidos, calculado no balanço hídrico pela autoridade outorgante.

2.16. O art. 10 refere-se à necessidade de cadastramento dos usos de pouca expressão, nos termos do art. 21, da Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001. Esse artigo tem também o objetivo de sinalizar que o cadastramento do uso insignificante dar-se-á com o fim de promover a sua regularização, dando consequência prática ao cadastro. No parágrafo primeiro abre-se a possibilidade de a autoridade outorgante proceder esse cadastramento não apenas com dados obtidos por declaração do usuário ou por campanhas de cadastramento, mas também a partir de métodos indiretos como: dados secundários, base de dados de outras entidades, imagem de satélite, consumo de energia elétrica, dentre outros. Sendo assim, a CTPOAR considera importante a manutenção do cadastramento de usos considerados insignificantes, em contraponto ao solicitado pelo representante do CERH-PB, e em atendimento ao disposto na Resolução CNRH nº 16/2001.

2.17. Os artigos 11 e 12 dispõem, respectivamente, sobre as normas de fiscalização, assim como a aplicação das penalidades correspondentes, e a isenção da cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme a legislação vigente.

3. Conclusão

3.1. A aprovação e publicação, por parte do CNRH, de Resolução que estabelece diretrizes e critérios gerais para definição de derivações, captações, lançamentos de efluentes e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, trará benefícios para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, atendendo a demanda dos órgãos gestores estaduais em oficinas



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

regionais do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que permitirá aos estados aperfeiçoarem suas normas e ao SINGREH promover a regularização desburocratizada dos usuários de recursos hídricos que independem de outorga.

3.2. Após análise dos pedidos de vista, a CTPOAR conclui: 1- pela permanência do termo “acumulações” na resolução, não havendo impedimentos para o estabelecimento de critérios para acumulações insignificantes nos termos da Política Nacional de Recursos Hídricos, sem qualquer prejuízo para a Política Nacional de Segurança de Barragens, possibilitando ainda um maior conhecimento das pequenas acumulações existentes na bacia; 2- pela manutenção do cadastramento de usos considerados insignificantes, em contraponto ao solicitado pelo representante do CERH-PB, e em atendimento ao disposto na Resolução CNRH nº 16/2001; 3- que as solicitações do representante da Sociedade Civil, foram contempladas nos termos dos artigos 6º e 7º da proposta de resolução encaminhada à XXXVIII Reunião Extraordinária do CNRH; e 4- que a competência do Poder Público para emitir a outorga ou cadastro de uso dos recursos hídricos sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva, não deve ser matéria disciplinada em norma do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

3.3. A minuta de Resolução elaborada será encaminhada para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL e posterior envio ao Plenário do Conselho. Desta forma, esta Câmara Técnica recomenda sua aprovação.

Este é o parecer.

Em 04 de outubro de 2016.


ELLEN KENIA K. PANTOJA
Presidente da CTPOAR